

Provar algo não significa convencer o público: lições de pensadoras ‘feministas’ do século XVII

Ilze Zirbel¹

Resumo: O presente artigo traz algumas reflexões da filósofa e feminista decolonial Elsa Dorlin sobre o que chamou de feminismo-lógico-filosófico do século XVII, presente nas posições de Marie de Gournay, Anna Maria Van Schurman, François Poullain de la Barre e Gabrielle Suchon. Neste artigo, esse tipo de filosofia é classificado como lógico-igualitarista e recebe uma quinta representante: Mary Astell. Essas filósofas e la Barre defenderam uma igualdade entre os ‘sexos’ por meio de argumentos lógicos que visavam demonstrar a igualdade como algo verdadeiro e irrefutável. É nossa intenção apresentar ao público brasileiro algumas das estratégias utilizadas por essas filósofas, e apontadas por Dorlin, no debate sobre a desigualdade ou igualdade entre os sexos. Por fim, focaremos nos motivos pelos quais as estratégias utilizadas não chegaram a atingir seu objetivo: um contexto de juízos e juizes corrompidos.

Palavras-chave: Filosofia Feminista – Querelle des Femmes – Igualdade de Gênero

Proving something does not mean to convince the public: lessons from ‘feminist’ thinking of the 17th century

Abstract: The following article presents some of the reflections of the decolonial feminist philosopher Elsa Dorlin on what she called logical-feminism in the voice of four 17th century philosophers: Marie de Gournay, Anna Maria Van Schurman, François Poullain de la Barre and Gabrielle Suchon. In this article, this kind of philosophy is classified as logical-egalitarian and I add a fifth philosopher to the group: Mary Astell. These philosophers defended equality between men and women using logical arguments that sought to demonstrate equality as something true and irrefutable. It is also my intention to present to the Brazilian audience some of the strategies used by these philosophers in the midst of the debate on inequality or equality between the sexes, pointed out by Dorlin. Finally, I’ll focus on the reasons why the arguments used did not reach their objective: a context of corrupt judgments and judges.

Keywords: Feminist Philosophy – Querelle des Femmes – Gender Equality

¹ Professora do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUC). Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: izirbel@yahoo.com.br.

Introdução: Uma disputa sobre a igualdade

No final da Idade Média, eclodiu na Europa um amplo debate sobre o que chamaríamos atualmente de papéis de gênero - ainda que esse termo não fosse recorrente na época². O debate, em especial, centrava-se na “natureza”, nas capacidades morais e intelectuais das mulheres e seus papéis sociais. Dado a esfera pública estar estruturada fortemente como masculina, o ponto nevrálgico da discussão girou em torno da situação da mulher nesse tipo de realidade social. Tanto na esfera erudita quanto na popular, autoras/es criticaram e elogiaram a natureza das mulheres por meio de textos e imagens, argumentando a favor ou contra a capacidade de serem educadas ou de governarem da mesma maneira que os homens. Um verdadeiro confronto de idéias desencadeou-se e ficou conhecido como *querelle des femmes* (em francês) e *The woman question* (em inglês)³. Medievalistas costumam identificar o primeiro debate público da *querelle* por volta de 1401, entre Christine de Pizan e o teólogo Jean Charlier de Gerson, de um lado, e Jean de Meutreuil e os irmãos Col (Gontier e Pierre), de outro, sobre o *Roman de la Rose*, de Jean Meun⁴. Helen Solterer aponta para essa discussão em textos literários anteriores, indicando a voz de uma ou outra mulher que entrava “em disputa” pública sobre o tema⁵. De qualquer forma, esse tipo de debate arrastou-se por séculos e encontramos Simone de Beauvoir, em pleno século XX, fazendo referência a ele na abertura de *O Segundo Sexo*⁶. Nesse artigo, apresentaremos quatro filósofas e um filósofo que participaram do debate no século XVII. Tjitske Akkerman e Siep Stuurman⁷ descreveram esse século como o de um “feminismo racionalista” na Europa, pelo uso dos princípios cartesianos para fins de implementação das demandas igualitárias das mulheres⁸. Elsa Dorlin⁹, por sua vez, classificou esse pequeno grupo de filósofas e la Barre, com exceção de Astell (que ela não aborda), como “feministas-lógicos” por fazerem uma defesa pública das mulheres por meio de argumentos e procedimentos lógicos. Eu preferi chamá-lo de feminismo lógico-igualitarista, algo que também aparece no texto de Dorlin. A opção tem dois motivos: para não dar margem a alusões preconceituosas direcionadas à outras formas

² O conceito de gênero não era usado nesse período e a expressão que aparece nos textos é “sexo”.

³ ZIMMERMANN, “Querelle des Femmes, querelles du livre”, pp. 79-94.

⁴ Também citado como Jean de Meung em algumas fontes. Optei utilizar a forma como ele é citado na capa do livro *The Romance of the Rose*, da coleção *Oxford Classics* (edição de 2009) e por Solterer (1995).

⁵ SOLTERER, *The Master and Minerva. Disputing Women in French Medieval Culture*, p. 199. Em especial a introdução, na qual é discutida a questão da figura da “mulher contestadora”, presente em textos como o *Bestiaire de l'amour e la Réponse de la dame*, do século XIII, como evidência do envolvimento de mulheres com textos escritos e disputas públicas sobre a visão de homens letrados sobre a mulher.

⁶ Beauvoir inicia sua obra afirmando que hesitou escrever sobre “a mulher” e o tema chega a ser irritante, diante das inúmeras vezes que foi abordado e das “volumosas tolices” produzidas. Ela cita a *querelle* como *querelle do féminisme*. Há quem veja nisso alusão à fase tardia da disputa, o final do século XIX, mas podemos interpretar como reconhecimento de uma parte da história do feminismo. Margaret Attack, em “Writing from the center: Ironies of otherness and marginality”, interpreta o livro de Beauvoir como resumo e intervenção no debate, uma vez que foi organizado de forma argumentativa, apresentando testemunhos de homens e mulheres, obras literárias, estudos sociológicos e psicológicos, argumentos filosóficos... sobre as experiências de gênero das mulheres. ATTACK, “Writing from the center: Ironies of otherness and marginality”. In: EVANS, *Simone de Beauvoir's The Second Sex: New Interdisciplinary Essays*, p. 52.

⁷ AKKERMAN e STUURNAM, *Perspectives on Feminist Political Thought in European History*, p. 2.

⁸ Quando nos referimos a um “feminismo” do século XVII, estamos nos referindo às idéias de tipo feminista. Apenas no século XIX é que esse termo passou a ser utilizado e ganhou notoriedade diante das manifestações públicas e coletivas a favor de mudanças no campo político, trabalhista, educacional e jurídico que implicassem melhoria das condições de vida das mulheres.

⁹ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, 2000.

de feminismo (que poderiam ser ironicamente chamadas de “sem lógica”) e por conta do conteúdo da argumentação lógica dessas quatro filósofas e de la Barre não visar o enaltecimento das mulheres ou uma superioridade feminina, como havia sido estratégia de outras mulheres, mas defender a igualdade de valor e de capacidades intelectuais entre homens e mulheres¹⁰.

A filosofia feminista lógico-igualitarista do século XVII¹¹

O século XVII marcou uma virada no debate sobre o *status* das mulheres em meio a um universalismo filosófico emergente. A teorização sobre a igualdade entre homens e mulheres entrava em cena, possibilitando a crítica das concepções anteriores de inferioridade feminina. De igual forma, houve uma ampliação da *querelle* nas sociedades européias¹², nos círculos intelectuais da França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Espanha. No combate à misoginia reinante, métodos filosóficos foram aplicados (ceticismo, regras básicas de inferência...) por algumas das mulheres e homens que participaram desse debate. Pode-se dizer, como fez Dorlin, que uma filosofia de tipo feminista emergiu, situando-se em meio a uma problemática do verdadeiro e do demonstrável: a igualdade entre os sexos seria incontestável, irrefutável, portanto, verdadeira¹³. As diferenças seriam relativas e não absolutas. Logo, a pergunta pela capacidade de aprendizagem ou de ação política de mulheres seria uma pergunta sem sentido, uma vez que a resposta era óbvia. Como representantes desse tipo de filosofia feminista lógico-igualitarista é possível citar Marie de Gournay, Anna Maria Van Schurman, François Poullain de la Barre, Gabrielle Suchon e Mary Astell. Cada qual à sua maneira e em seu contexto, partilharam o mesmo objetivo e método: por meio de procedimentos lógicos e demonstrativos visaram denunciar a exclusão e opressão praticadas contra mulheres e demonstraram os mecanismos que atuam como condição de possibilidade dessa exclusão.

Nas palavras de Dorlin, duas questões básicas formam o pano de fundo da reflexão dessas filósofas e de la Barre:

No que consiste uma educação voltada à dependência permanente e com apenas uma alternativa final: ou o casamento ou o claustro? Quem se beneficia de uma educação negativa de si mesma que antecipa arbitrariamente

¹⁰ A inclusão de Astell nesse grupo merece ser mais explorada. Com excessão de Van Schurman (oriunda dos países baixos e labadista), as duas outras filósofas e la Barre são franceses e católicos. Astell é inglesa e protestante, o que pode implicar diferenças de posição e de pensamento. No entanto, o ponto central aqui explorado diz respeito ao método e ao posicionamento que adotou sobre a igualdade ou a diferença entre homens e mulheres. Nesse sentido, Astell também pode ser identificada como uma feminista lógico-igualitarista do século XVII.

¹¹ Este artigo está largamente apoiado na pesquisa da filósofa e feminista Elsa Dorlin, publicada com o título *L'évidence de l'égalité des sexes. Une philosophie oubliée du XVIIe siècle* (2000). Nesta obra, Dorlin identifica como feminista a filosofia dessas quatro pessoas e a classifica de feminismo lógico, como mencionado anteriormente.

¹² Sobre isso, cf. KELLY, “Early Feminist Theory and the Querelle des Femmes: 1400–1789” e RANG, “A ‘learned wave’: women of letters and science from the Renaissance to the Enlightenment”.

¹³ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, pp. 33-34. Também havia aqueles e aquelas que defendiam a superioridade feminina por ser o feminino detentor de certas virtudes civilizatórias importantes, como a bondade e a docilidade. No entanto, a defesa da igualdade nos campos intelectuais e morais é o que nos interessa aqui.

uma natureza feminina específica, impotente e inferior, mas produzindo efeitos reais?¹⁴.

As filólogas e o filósofo

A francesa Marie Le Jars de Gournay, estudiosa de grego e latim, humanista, tradutora, editora, ensaísta e crítica literária, dedicou-se a diversas áreas do conhecimento e à educação moral. Criticou a misoginia dos intelectuais de sua época e a confusão que faziam entre natureza e costumes ou entre natureza e autoridade. Para ela, “a mente não tem sexo”¹⁵. Aprender e compreender são apanágios da humanidade, independente do sexo dos indivíduos¹⁶. Anna Maria Van Schurman foi a primeira mulher a estudar em uma universidade dos Países Baixos (Universidade de Utrecht, 1636). Interessada em línguas (grego, latim, hebraico, árabe, ciríaco, etíope, francês, alemão, italiano...), matemática, história, geografia, teologia e artes (escultura, música, desenho, poesia), dialogou com inúmeros intelectuais de seu tempo, como Spinoza, Descartes, Leibniz, Marie de Gournay, Bathsua Makin, Marie du Moulin e a princesa Elisabeth da Bohemia, dentre outros/as. Sua obra 'feminista' mais conhecida foi *Questão célebre: se é necessário ou não que as meninas sejam eruditas* (1638)¹⁷, na qual defende que a pessoa interessada em artes e ciências é naturalmente adequada para elas, independente do sexo. François Poullain de la Barre foi doutor em teologia e aplicou os princípios cartesianos à questão das mulheres e à defesa da igualdade como uma verdade inquestionável. Escreveu numerosos textos denunciando a misoginia da época¹⁸. Além de defender uma boa educação para mulheres, demonstrou que a desigualdade não é natural, mas resulta dos preconceitos culturais. Na terceira dessas obras, ridicularizou os argumentos patriarcais, listando-os e exibindo suas contradições. Geneviève Fraisse observa que la Barre pode ser considerado o primeiro filósofo a elaborar um paralelo entre “preconceito” e “sexo”¹⁹. Gabrielle Suchon é autora de dois tratados sobre moral e política²⁰. Neles analisa a opressão e a sujeição legal e cultural da mulher e faz uma defesa filosófica do celibato secular para mulheres (chamado de “vida neutra”) a fim de dedicarem-se ao estudo de maneira livre,

¹⁴ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 13.

¹⁵ Poullain de la Barre também faz essa defesa, um pouco depois de Gournay, na segunda parte do seu tratado sobre a igualdade. Para ele (1673), as capacidades racionais não têm sexo e “as diferenças sexuais se aplicam apenas ao corpo”. A ideia não era completamente nova na filosofia ou na teologia. Agostinho afirmou em *De Trinitate* (XII 7.12) que a parte racional da alma/mente de homens e mulheres havia sido igualmente criada à imagem de Deus.

¹⁶ Suas principais obras, nesse sentido *Igualdade dos homens e das mulheres* (*Egalité des hommes et des femmes* - 1622) e *A Queixa das Damas* (*Le Grief des femmes* - 1626).

¹⁷ *Dissertatio, de Ingenii Muliebris ad Doctrinam, & meliores Litteras Aptitudine*. Traduzida para o holandês e o francês em 1646 com o título *Question célèbre, s'il est nécessaire ou non que les filles soient sçavantes*.

¹⁸ *De l'Égalité des deux sexes. Discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés* (1673); *De l'Éducation des dames pour la conduite de l'esprit dans les sciences et dans les mœurs* (1674); *De l'Excellence des hommes contre l'égalité des sexes* (1675).

¹⁹ FRAISSE, *La sexualisation du monde: réflexions sur l'émancipation*, p. 157.

²⁰ *Traité de la morale et de la politique* e *Du célibat volontaire, ou la vie sans engagement* (1700).

sem autoridades externas (como a do marido ou da igreja)²¹. Véronique Desnain²² defende serem esses dois tratados a obra mais extensa sobre a condição feminina escrita no século XVII por uma mulher.

A inglesa Mary Astell pode ser considerada uma filósofa moral, metafísica, racionalista, epistemóloga e filósofa da mente²³. Ela fez uso de diferentes idéias filosóficas para argumentar a favor de uma educação superior para mulheres e minar a crença de que são naturalmente inferiores. Essas idéias incluíam uma concepção igualitária da razão, o conceito cartesiano do 'eu pensante' e princípios teleológicos²⁴.

Estratégias para o debate

1. Filiar-se a uma tradição teórica

Dorlin chama a atenção para uma semelhança entre as filósofas apontadas: todas posicionaram-se como discípulas e não esposas ou amantes de algum homem ilustre²⁵. Gournay indicava sua filiação intelectual para com Montaigne, van Schurman descrevia-se como discípula ou aluna de Voetius e Rivet (teólogos protestantes influentes) e Suchon apelou aos pais da igreja. Astell também o fez, permanecendo solteira e posicionando-se como filósofa cartesiana. A estratégia pode ser entendida como forma de afirmar a própria voz. La Barre, por sua vez, não fez uso desse recurso visto que, sendo homem, não precisava dele e, além disso, defendia que o pensamento dos “antigos” era ultrapassado²⁶. A filiação permitia colocar em segundo plano a questão sexual, sempre presente em uma relação intelectual-afetiva e colocando sob suspeita as intenções de uma mulher no mundo das ideias e discussões intelectuais. Muitas mulheres do passado fizeram uso da posição de esposa ou amante para ascender aos círculos intelectuais fechados às mulheres. Dorlin observa que a postura da filiação podia implicar ser vista como filósofa e não como uma mulher que faz filosofia²⁷. Esse dado é importante quando pensamos que a essência do preconceito contra mulheres, sempre renovado, possui relação com a transformação da mulher em corpo-para-o-sexo ou para a procriação. Nos ambientes e espaços em que ocorre, é necessário anular esse fator para se fazer realmente ouvir, ainda que o resultado obtido não seja o almejado.

²¹ Lisa Shapiro aponta para o fato do conceito de “vida neutra”, ou da pessoa “neutralista”, representar um passo decisivo em direção à noção kantiana de autonomia, desenvolvida no século seguinte. O conceito diz respeito a uma pessoa, provavelmente uma mulher, que se compromete inteiramente com uma vida de solteira-celibatária para dedicar-se ao estudo, sem os compromissos institucionais do casamento e do convento, guiada por uma lei interna, racional, que exige autodomínio e controle sobre as paixões, ao mesmo tempo que estabelece para si regras e princípios pelos quais agir. SHAPIRO, “Gabrielle Suchon’s ‘Neutralist’”, 2017.

²² DESNAIN, “Gabrielle Suchon: a dangerous philosopher”, s/p.

²³ BROAD, *The Philosophy of Mary Astell*, p. 5.

²⁴ Sua principal obra sobre o tema é *A Serious Proposal to the Ladies for the Advancement of their True and Greatest Interest. By a Lover of Her Sex*, a primeira parte foi publicada em 1694 e a segunda em 1697. No ano de 1700, Astell publicou *Some Reflections Upon Marriage* no qual parece dialogar com o *Tratado sobre o Governo Civil* de John Locke, apesar de não citá-lo, e no qual aponta as contradições do novo direito natural e do contratualismo ao excluir as mulheres e permitir a dominação dos homens.

²⁵ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 45.

²⁶ La Barre fez uso do método cartesiano que consistia em fazer tábula rasa dos conhecimentos adquiridos afim de livrar-se dos preconceitos.

²⁷ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 47.

Para produzir o efeito de filiação, inúmeras citações e referências clássicas foram usadas, na estratégia de produzir reconhecimento próprio e apresentar teses feministas em meio a uma tradição filosófica ou religiosa ortodoxa. Posicionar-se dessa maneira, apresentar seu próprio pensamento, linha de raciocínio e erudição, já era, em si, uma prova da falsidade das afirmações misóginas que defendiam a incapacidade natural da mulher à vida intelectual.

A disputa pela igualdade tinha no acesso ao conhecimento e à educação o seu ponto central. No entanto, nessa luta havia um segundo problema a ser enfrentado: a tendência de produzir uma educação sexuada (feminina) para mulheres, diferente da pretendida para os homens.

2. Apontar o modelo educacional sexista

Vários setores protestantes já haviam reivindicado a alfabetização de ambos os sexos visando a eliminação de intermediários entre o indivíduo e Deus na leitura da bíblia. De igual forma, a contrarreforma (decidida no século anterior, pelo Concílio de Trento) defendera a instrução dos fiéis desde a mais tenra idade e das mulheres, em especial, por conta do papel que tinham nas famílias. No entanto, a educação para a clausura e a piedade religiosa era a proposta dos clérigos para as mulheres e não visava desenvolver-lhes as aptidões ou algum grau de autonomia. Para servir a causa da igreja e manter a estrutura familiar desigual, a educação indicada não deveria visar à aquisição de cultura ou ao desenvolvimento intelectual, mas manter as mulheres o mais perto possível de uma certa visão de “natureza”, criando uma naturalização forçada por meio do discurso.

La Barre denunciou o constrangimento causado por esse tipo de cultura e pelo ocultamento da verdade: “E se acontecer de algumas [mulheres] se distinguirem do comum por meio da leitura de certos livros, que elas tiveram grande dificuldade em conseguir, para abrir suas mentes, muitas vezes são obrigadas a esconder esse fato”²⁸. A mulher culta, como observa Dorlin²⁹, podia ser acusada de trair seu gênero e desejar ser um homem.³⁰ Suchon, ao mesmo tempo que denunciava as práticas culturais que mantinham as mulheres em posição de inferioridade, pontuou a facilidade com que poderiam ser revertidas:

Todos estes discursos feitos em desvantagem das mulheres podem ser em breve reparados, ... se houver escolas para sua instrução, veremos uma boa quantidade [delas] tornado-se boas Humanistas, Retóricas eloqüentes, agradáveis Poetas e Filósofas muito refinadas. É o que torna a privação delas [algo] sensível: os meios lhes faltam para a aquisição das ciências, enquanto possuem o talento e a vontade [necessárias], como muitas já o fizeram saber. Aquelas que receberam uma educação particular, seja pelo privilégio de seu nascimento, seja pelas vias que a Providência lhes deu, foram perfeitamente

²⁸ POUILLAIN de la BARRE, *De l'égalité des deux sexes*, p. 98.

²⁹ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 55.

³⁰ O que insinua Kant, inclusive, em “Da diferença entre o sublime e o belo na relação dos sexos, de 1764, ao fazer chacota de uma das maiores intelectuais francesas de seu tempo: Gabrielle-Émilie Le Tonnelier de Breteuil, pesquisadora no campo da geometria, matemática e, em especial, da física. Também conhecida como Mme du Châtelet, foi a tradutora para o francês da *Principia Mathematica*, de Isaac Newton (1759).

bem sucedidas³¹. Astell chegou a defender a criação de um instituto no qual mulheres poderiam viver e estudar. Apesar das características semelhantes às de um monastério, a instituição visaria o desenvolvimento das internas e uma vida sem interferência da cultura de dominação presente na sociedade³². Em tom de ironia ela aponta o problema que isso poderia causar na cultura masculinista:

... não sei como os homens se sentirão diante da quebra do seu clube fechado e das mulheres [sendo] convidadas a provar desta árvore do conhecimento que há tanto tempo monopolizaram injustamente. Mas eles que me desculpem se sou parcial com o meu próprio sexo, assim como eles são com o deles, e penso que as mulheres são capazes de aprender da mesma forma que os homens³³. Astell apontou os costumes e práticas sociais como responsáveis pelas posturas tolas e irracionais de mulheres. Além disso, recebiam tão pouco treino para argumentar e fazer uso da razão que se tornavam incapazes de reconhecer as verdadeiras fontes para uma vida prazerosa e feliz³⁴. Mas tudo poderia ser revertido com uma educação voltada “ao que é realmente próprio para Criaturas Racionais.”³⁵

3. Demonstrar a falsidade do enunciado sexista

Como pontuou Dorlin³⁶, a maioria dos argumentos a favor da desigualdade entre os sexos eram sofismas com o objetivo de produzir a ilusão da verdade: homens e mulheres são diferentes, logo desiguais; a mulher é sempre ignorante, logo naturalmente ignorante; a mulher é submissa e dependente, logo desprovida de razão, imperfeita e inferior ao homem. O sofisma simula estar de acordo com as regras da lógica, mas sua estrutura interna é inconsistente e incorreta.

A falsidade e a inconsistência dos argumentos misóginos foram percebidas pelas filósofas aqui abordadas que, por sua vez, produziram contra-argumentações lógicas voltadas à sua correção. Dorlin pontua que Gournay apostou na relativização da diferença³⁷, la Barre na demonstração da falsidade do preconceito, Suchon na indicação dos costumes que justificavam a posição de poder dos homens e Van Schurman na elucidação da diferença entre um argumento geral sobre “a mulher” e os julgamentos particulares sobre esta ou aquela mulher³⁸. Astell, por sua vez, empregou princípios epistemológicos e ontológicos cartesianos para evidenciar que todas as almas são igualmente racionais e equipadas com a capacidade às idéias claras e distintas³⁹. Gournay perguntou, em um tom de ironia e

³¹ SUCHON, *Traité de la morale et de la politique*, parte II, p. 45.

³² ASTELL, *A Serious Proposal to the Ladies*, part II, p. 165.

³³ ASTELL, *A Serious Proposal to the Ladies*, p. 155.

³⁴ ASTELL, *A Serious Proposal to the Ladies*, part I, p. 59.

³⁵ ASTELL, *A Serious Proposal to the Ladies*, p. 206. O uso de letra maiúscula aqui segue o uso delas no texto original de Astell.

³⁶ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 58.

³⁷ O que Marguerite Deslauriers (2019) defende ter sido formulado sobre uma base de argumentação aristotélica.

³⁸ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 59.

³⁹ DETLEFSEN, “Custom, Freedom, and Equality”, pp. 75-81.

apontando a falha do argumento misógino, se havia mais diferença entre as mulheres e os homens do que entre elas próprias, levando em consideração os diferentes níveis de instrução que recebiam, o fato de serem criadas em uma cidade ou em um vilarejo, em um determinado país ou em outro etc.⁴⁰ A base filosófica do seu argumento é a de que a espécie humana possui uma forma única, que a diferencia das demais espécies. Ser macho ou fêmea, homem ou mulher pode ser considerado, como pontua Dorlin, uma diferença relativa. A diferença absoluta está na forma, na alma (que é racional). É a forma humana que faz com que nos pareçamos entre nós muito mais do que com qualquer outra coisa no mundo. Concluir a superioridade de um dos sexos com base na diferença relativa e não absoluta seria, pois, ilegítimo.

Gournay também faz referência ao argumento da força física, usado (até os dias de hoje, diga-se de passagem) para defender a superioridade e a obediência da mulher ao homem. Para ela, trata-se de um argumento fraco demais visto que “a força corporal é uma virtude tão baixa que com ela o animal supera o homem mais do que o homem supera a mulher”⁴¹. Quem faria uso desse argumento para exigir que os homens obedecessem aos animais? Em relação às mulheres, no entanto, ele segue utilizado e serve de fundamento às afirmações de “ignorância natural”, “falta de capacidade racional” ou para a subordinação civil das mulheres, como fizeram Locke e Kant⁴². Ainda assim, quando uma mulher tem acesso a educação, o argumento cai por terra.

A lei do mais forte também foi refutada por la Barre e Astell. Para ele⁴³, tal lei foi imposta historicamente pelos homens que, durante o período de gestação das mulheres e diante das necessidades de apoio material delas, usurparam-lhes as posições de poder e decisão, criando uma confusão entre natureza e cultura por meio do reforço dos mitos, costumes e tradições religiosas.

4. Fazer uso de um método lógico

Dorlin aponta para o uso do método dialético, dos silogismos e da indução das filósofas e la Barre para demonstrar e convencer seus interlocutores sobre a igualdade entre os sexos⁴⁴. Para isso, fizeram uso das premissas de seus adversários (de que as mulheres são ignorantes) para demonstrar que não passam de premissas prováveis, mas não necessárias (uma vez que há mulheres eruditas). Assim, demonstraram a ilusão de verdade que provoca o raciocínio misógino.

Suchon fez uso sistemático de definições para criar o fundamento que precisava: no início de suas grandes divisões de texto ofereceu uma definição (de liberdade, ciência e autoridade, respectivamente) para, então, tratar das privações impostas às mulheres. Assim, definiu a liberdade para demonstrar sua necessidade e importância, distinguindo-a da impotência e da privação. Estabeleceu a essência da mulher e demonstrou que a ignorância, a dependência e a submissão não fazem parte dela⁴⁵. Tratam-se de acidentes e não atributos.

⁴⁰ GOURNAY, “Igualdade entre homens e mulheres”, p. 33.

⁴¹ GOURNAY, “Igualdade entre homens e mulheres”, p. 37.

⁴² ZIRBEL, “O problema do padrão duplo de cidadania das teorias políticas modernas”, pp. 106-127.

⁴³ POUILLAIN de la BARRE, *De l’Égalité des deux sexes*, pp. 18-20; *Three Cartesian Feminist Treatises*, p. 56.

⁴⁴ DORLIN, *L’évidence de l’égalité des sexes*, p. 74.

⁴⁵ DORLIN, *L’évidence de l’égalité des sexes*, p. 77.

Suchon defendeu que a liberdade, o saber e a autoridade não são monopólios masculinos, exceto quando impostos arbitrariamente pelas leis e costumes.

Van Schurman, por sua vez, fez uso dos “raciocínios de tipo”⁴⁶. Demonstrou que as mulheres, ao serem excluídas das questões públicas tornam-se inativas nelas. E a inatividade é, por definição, nociva e prejudicial. Isso deveria ser revertido por meio do estudo das mulheres no campo das ciências e das letras. Van Schurman não discute suas premissas. Essas já eram aceitas pelo público e isso lhe permitia investir na conclusão.

La Barre procurou conciliar persuasão com verdade, submetendo o preconceito comum à investigação racional. Para tanto, aplicou a “regra da verdade” para examinar a opinião de que mulheres são seres inferiores. Não aceitou como verdadeiro aquilo que não tivesse “o suporte de ideias claras e distintas”⁴⁷. Seu método foi o da refutação, aplicada a dois tipos de adversários: a tradição popular e a erudita. Argumentou que a tradição não apresentava nada de concreto, apenas crenças individuais, costumes e aparências, refutáveis com a exposição de como as mulheres foram assujeitadas e excluídas das ciências e das profissões e de como é possível perceber que possuem características iguais aos homens. Quanto à tradição erudita, buscou demonstrar que as provas apresentadas por seus representantes eram vãs e as falhas atribuídas às mulheres provinham do tipo de educação que recebiam. Sugeriu, ainda, que a crença na superioridade do homem é a forma mais básica e profunda de preconceito social.

Astell usou argumentos racionais e teológicos. Afirmou que Deus não fez nada em vão e concedeu às mulheres uma mente racional. O “dom” da razão, por sua vez, teria finalidade dupla: atuar em benefício próprio (levando à busca e à obtenção da felicidade) e em benefício comum (em prol da coletividade). Além disso, as mulheres teriam sido criadas, não para pertencer, servir ou agradar aos homens, mas para agradar a Deus e isso implicaria desenvolverem-se racionalmente.

Evocar a justiça

Apesar dos esforços e do uso correto de argumentos das/do filósofas lógico-igualitaristas, seus adversários fizeram uso da retórica, e não da dialética, para persuadir. Seus métodos tinham finalidade distinta.

Se a dialética parte da opinião comum para determinar seus méritos, a retórica se serve da opinião pública comum para convencer. O retor deve levar em consideração as maneiras ... que deve exibir para que o ouvinte acredite nele... Instrumento político e judiciário, a retórica trabalha as paixões, as ideias recebidas e os preconceitos para atingir seus fins. Seja qual for a tese defendida, a argumentação retórica distingue-se da argumentação dialética ou da demonstração, em não observar nenhuma regra particular... seu único imperativo é o de conseguir a adesão⁴⁸. No universo da retórica, e não da demonstração, a tese da igualdade possuía poucas chances em meio a

⁴⁶ VAN SCHURMAN (1646), *apud* DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, pp. 10-12.

⁴⁷ POUILLIN de la BARRE, *Three Cartesian Feminist Treatises*, p. 39.

⁴⁸ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 83.

costumes misóginos estabelecidos e dispostos a manter a subordinação das mulheres. Como pontuou la Barre, quando a opinião de alguém se baseia no preconceito, é muitíssimo difícil fazê-la mudar de idéia, mesmo fazendo uso de razões que parecem fortes e persuasivas⁴⁹. Na opinião de Dorlin, os discursos das feministas lógico-igualitárias e la Barre aproximaram-se de um discurso de tipo judiciário, usado para defender ou acusar diante de um tribunal e tendo por critério o que é justo⁵⁰. Pretendiam, possivelmente, passar da fase do julgamento para o do apelo à justiça. Esse passo, no entanto, levaria à perda dos benefícios da demonstração e de todo o processo.

Um jogo de cartas marcadas

A defesa da igualdade entre os sexos dava-se diante de um tribunal sem pretensões de verdade, mas de manutenção de uma certa realidade. Assim, os detratores da igualdade buscaram desqualificar as pessoas e não seus argumentos: as filósofas foram acusadas de advogarem em causa própria e la Barre de estar interessado em atrair mulheres com seu discurso⁵¹. As acusações tinham objetivo claro: difamar o discurso que apresentava pretensões universais e validade objetiva.

Na disputa sobre o que é justo fazia-se necessário persuadir os juízes e não apenas defender a verdade. O uso da lógica não é suficientemente eficaz em tal situação. É necessário o uso da retórica, uma vez que o julgamento que se pede está sujeito a uma instância de decisão que não tem a intenção de ser neutra. La Barre e Suchon denunciaram o fato:

Os antigos não eram menos homens que nós, nem menos sujeitos ao erro; não devemos nos render a opinião deles nos dias de hoje, como teríamos feito em seu tempo... tudo o que disseram os homens deve ser considerado suspeito, porque são juízes e parte [interessada]⁵². ... as mulheres perderão sempre a causa, porque não possuem outros juízes além de seus instrutores, que não querem jamais mudar os costumes que eles mesmos introduziram. Ainda que possuam diferenças entre si, estão todos de acordo neste ponto: de procurar o rebaixamento das mulheres e impedir o quanto podem a elevação delas⁵³. Para Desnain, “talvez um dos aspectos mais modernos e subversivos da escrita de Suchon seja o fato dela identificar os mecanismos de opressão e as questões mais práticas por trás do discurso teórico”⁵⁴. Poderíamos estender esse comentário para Gournay, van Schurman, Astell e Poullain de la Barre.

⁴⁹ POUILLAIN de la BARRE, *De l'Égalité des deux sexes; Three Cartesian Feminist Treatises*, p. 53.

⁵⁰ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, pp. 88-89.

⁵¹ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 91.

⁵² POUILLAIN de la BARRE, *De l'Égalité des deux sexes*, p. 52. A parte final dessa citação foi utilizada por Simone de Beauvoir no *Segundo Sexo*.

⁵³ SUCHON, *Traité de la morale et de la politique*, p. 267.

⁵⁴ DESNAIN, “Gabrielle Suchon: a dangerous philosopher”, s/p.

Refletindo sobre o embate travado entre essas filósofas do séc. XVII e seus adversários, Dorlin observa que a retórica misógina possui eficácia consequente e o sexismo possui sua própria racionalidade:

O sexismo não é irracional. A racionalidade não é em si a fonte desse pensamento de exclusão, como se toda racionalidade fosse intrinsecamente masculina [e misógina], mas ela é a sua produtora uma vez que é, precisamente, seu instrumento (...) Ao dar-se como finalidade a dominação, a racionalidade renuncia a estabelecer ou, pelo menos, a buscar a verdade... Aqui a razão é utilizada como um meio para salvar as aparências, a explorar a visibilidade da diferença sexual. Ela provoca a “misologia”, uma raiva da razão dita “masculina”, por desejar demais provar ou justificar o improvável. Assim, a lógica misógina permanece uma lógica. Ela escolhe seu método, seu modelo demonstrativo, seu critério de admissão ou pertinência. Em outros termos, a dimensão crítica e autocrítica de todo esforço racional é uma escolha, de uma certa ética, que não está necessariamente contida no exercício do racional⁵⁵. No caso das discussões sobre a igualdade entre os gêneros, não é a razão que precisa ser colocada em causa, mas os detratores da igualdade.

As referidas filósofas demonstraram a igualdade e provaram o quão bem fundadas eram suas proposições, “aplicaram fielmente os métodos mais rigorosos, utilizaram-se de um espírito crítico dos mais exigentes”. No entanto, estavam diante de juízes que não pretendiam refletir sobre os argumentos apresentados ou sobre a verdade ou o justo. Elas encontraram diante de si “uma razão à imagem de seus utilizadores, protegida, fechada e, sobretudo, dominante”⁵⁶.

Considerações finais

Em contraste com os discursos de juristas, filósofos, governantes e líderes religiosos que atribuíam a situação de inferioridade social das mulheres à sua natureza, as filósofas lógico-igualitaristas denunciaram os mecanismos que produziam tal realidade. Seus argumentos evidenciaram a igualdade moral e intelectual entre os sexos como uma verdade indiscutível. Apesar disso, na história da filosofia contada até o momento, “somente textos que teorizam a desigualdade natural entre homens e mulheres são divulgados e comentados... [e] não é o valor relativo dos argumentos ou seu rigor científico que determina se serão discutidos, mas sua posição em relação a uma ordem específica de conhecimento e poder”⁵⁷. Em tempos de questionamento público da igualdade de direitos entre homens e mulheres por parte do presidente do quinto maior país do mundo (em território e população)⁵⁸, percebemos a fragilidade de certas conquistas obtidas ao longo da história. Revisitar a *querelle*

⁵⁵ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 95.

⁵⁶ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, pp. 95-96.

⁵⁷ DORLIN, *L'évidence de l'égalité des sexes*, p. 102.

⁵⁸ Jair Bolsonaro, defendeu não ser justo mulheres terem o mesmo salário que homens, uma vez que engravidam. ZERO HORA. “Confirma a entrevista dada por Bolsonaro em 2014, citada pelo candidato no Jornal Nacional”. *GZH eleições 2020*, 04/08/2018.

de *femmes* e os argumentos do *feminismo lógico-igualitarista* do século XVII nos permite perceber certas semelhanças no debate público contemporâneo em torno do tema. Nem sempre a razão e a justiça são as balizas, ainda mais se a lógica utilizada é a lógica sexista e os juízes seguem parte implicada no processo. Para fazer avançar um modelo de sociedade menos sexista é preciso descobrir como atuar em meio a um universo de cartas marcadas, com juízos e juízes corrompidos.

Referências Bibliográficas

AKKERMAN, Tjitske e STUURNAM, Siep. *Perspectives on Feminist Political Thought in European History: From the Middle Ages to the Present*. London: Routledge, 1998.

ASTEL, Mary. *A Serious Proposal to the Ladies*, part I, 1694. New York: St Martin's Press, 1986.

_____. *A Serious Proposal to the Ladies*, part II, 1697. Londres: Pickering & Chatto, 1997.

ATACK, Margaret. “Writing from the center: Ironies of otherness and marginality”. In: EVANS, R. *Simone de Beauvoir's The Second Sex: New Interdisciplinary Essays*. Manchester University Press, 1998, pp. 31-58.

BROAD, Jacqueline. *The Philosophy of Mary Astell: An Early Modern Theory of Virtue*. Oxford University Press, 2015.

CONLEY, John J. “Marie Le Jars de Gournay (1565-1645)”. *Internet Encyclopedia of Philosophy*. s/d. Disponível em: <iep.utm.edu/gournay>. Acessado em junho de 2020.

DESNAIN, Véronique. “Gabrielle Suchon: a dangerous philosopher”. *Dangerous Women project*, 2017. Disponível em: <<http://dangerouswomenproject.org/2017/01/20/4354/>>. Acesso: junho de 2020.

DESLAURIERS, Marguerite. “Marie de Gournay and Aristotle on the Unity of the Sexes”. In: O'NEILL, E. e LASCANO, M. P. *Feminist History of Philosophy. The Recovery and Evaluation of Women's Philosophical Thought*. Springer International Publishing, 2019.

DETFLESEN, Karen. “Custom, Freedom, and Equality”. In: SOWALL, Alice e WEISS, Penny A. *Feminist Interpretations of Mary Astell*. Pennsylvania State University Press, 2016.

DORLIN, Elsa. *L'évidence de l'égalité des sexes. Une philosophie oubliée du XVIIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2000.

FRAISSE, Geneviève. *La sexualisation du monde: réflexions sur l'émancipation*. Paris: Les Presses, 2016.

GOURNAY, Marie le Jars de. *Egalité des hommes et des femmes; Grief des dames; suivis du Proumenoir de Monsieur de Montaigne*. Genebra: Librairie Droz, 1993.

KELLY, Joan. “Early Feminist Theory and the Querelle des Femmes: 1400–1789”. In: *Women, History, Theory: The Essays of Joan Kelly*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 65-109, 1988.

MESQUITA, Cinelli Tardioli. “A Queixa das Damas”. In: Revista Pasma, maio de 2019. Disponível em: <<https://medium.com/pasma/a-queixa-das-damas-7d285f5dc15>>. Acesso: junho de 2020.

POULLAIN de la BARRE, François. *De l'Egalité des deux sexes. Discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés*. Paris: Du Puis, 1673.

POULLAIN de la BARRE, François. *Three Cartesian Feminist Treatises*. Introductions and annotations by Marcelle Maistre Welch. Translation by Vivien Bosley. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2002.

RANG, Brita. “A ‘learned wave’: women of letters and science from the Renaissance to the Enlightenment”. In: AKKERMAN, T. e STUURMAN, S. (eds.). *Perspectives on Feminist political Thought in European History*. Londres: Routledge, 1998.

ROVERE, Maxime. *Arqueofeminismo: Mulheres Filósofas e Filósofos Feministas, séc. XVII-XIII*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SHAPIRO, Lisa. “Gabrielle Suchon’s ‘Neutralist’. The Status of Women and the Invention of Autonomy”. In: BROAD, J. e DETLEFSEN, K. *Women and Liberty, 1600-1800: Philosophical Essays*. Oxford University Press, 2017.

SOLTERER, Helen. *The Master and Minerva. Disputing Women in French Medieval Culture*. University of California Press, 1995.

SUCHON, Gabrielle. *Traité de la morale et de la politique*. Lyon: B. Vignieu, 1693.

ZERO HORA. “Confirma a entrevista dada por Bolsonaro em 2014, citada pelo candidato no Jornal Nacional”. *GZH eleições 2020*. 04/08/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confirma-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifo8.html>> Acesso: 21 de abril de 2021.

ZIMERMANN, Margarete. “Querelle des Femmes, querelles du livre”. In: COURCELLES, D. e JULIÁN, C. V. *Des Femmes e des Livres. France et Espagne, XIVe – XVIIe siècle*. Paris: École Nationale des Chartes, pp. 79-94, 1998.

ZIRBEL, Ilze. “O problema do padrão duplo de cidadania das teorias políticas modernas”. In: *Psicanálise e Gênero*. São Paulo: ANPOF, pp. 106-127, 2017.